

Relator da Ordem Social sugere extinção do FGTS

BRASÍLIA — O Relator da Comissão da Ordem Social, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), extinguiu em seu substitutivo o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Programa de Integração Social (PIS), ao prever o princípio da estabilidade no emprego. Para substituí-los, propõe um fundo de garantia coletiva do emprego, que terá administração própria.

No entanto, nem "moderados" nem "progressistas" gostaram do substitutivo apresentado. Enquanto para uns, ele simplesmente eliminou a estabilidade no emprego, como afirma o Deputado Paulo Paim (PT-RS), para outros ele foi inflexível e poderá acarretar prejuízos para a economia nacional porque, na prática, impedirá a geração de empregos, conforme opinião do Deputado Max Rosenmann (PMDB-PR).

No substitutivo de Almir, é assegurado ao trabalhador "garantia do direito ao trabalho mediante relação de emprego estável, ressalvados os casos de contrato a termo, ocorrência de falta grave, prazos definidos em contratos de experiência e superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa."

Para Paulo Paim, a falta de definição de um prazo limitando os contratos a termo e o tempo de duração do contrato de experiência tornam inútil a "relação de emprego estável." Ele também criticou a retirada de um dispositivo que impossibilitava a incidência de alíquotas do Imposto de Renda nos salários de até 20 salários mínimos. O parlamentar disse ter ficado surpreso porque Almir Gabriel conversou com o grupo "progressista" pedindo sugestões para o seu substitutivo, mas as propostas

não foram aproveitadas. Por sua vez, o Deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) já anunciou que irá fazer emendas propondo uma indenização para o trabalhador que for demitido, bem como o pagamento de uma multa proporcional e progressiva ao tempo em que o empregado tiver trabalhado na empresa. Desta forma, ele acredita estar garantindo a punição aos que demitem e privilegiando os trabalhadores mais antigos dentro de uma empresa.

Ele também se disse contrário a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Por isso, informou que irá apresentar uma emenda para que permaneçam as atuais 48 horas, mas com a ressalva de que "serão respeitadas as convenções coletivas que decidirem por 40 horas".

Para o financiamento do fundo do seguro-desemprego, ele irá propor uma taxa sobre os concursos de prognósticos — como a Loto e a Loteria Esportiva — e sobre os jogos de azar. Ele disse ter recebido a informação de que de um total de US\$ 1,2 bilhão faturados pela Loto, a Caixa Econômica Federal conseguiu um lucro líquido de US\$ 500 milhões, que não foram repassados para financiamento de programas sociais. E comentou:

— Enquanto isso, milhares de microempresas estão falindo pela alta de juros e pela falta de financiamentos para saldarem as suas dívidas.

No setor da saúde, o Deputado Eduardo Jorge (PT-SP) reconheceu alguns avanços no substitutivo de Almir Gabriel, como por exemplo a impossibilidade de repasse de verbas públicas para as empresas de saúde no setor privado.

Deputado acusa grupo de querer 'cubanizar' o País

BRASÍLIA — "Máquina de comunicação insuspeitamente montada com o objetivo de cubanizar o Brasil" foi denunciada ontem pelo Deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS). Segundo ele, "a esquerda festiva, com menos de 120 votos na Assembleia Constituinte, consegue aparentar o inexistente, com manobras, golpes de mão e espalhafato".

— A máquina funciona a tal ponto que é muito difícil detê-la, fazendo com que os parlamentares fiquem acuados e temerosos de desmarcar a farsa — acusou o Deputado, que em seguida voltou seus ataques contra o Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas:

— Ele não quer negociar. Foi eleito Líder do PMDB na Constituinte e o é de uma só facção. Estamos sob a ditadura do Senador Covas e dos relatores das Comissões Temáticas.

Ribeiro disse que há menos de 15 dias Mário Covas "mandava e desmandava, mas os relatórios finais das Subcomissões mostraram a fragilidade do grupo de esquerda festiva, derrotado em importantes questões".

Na avaliação do Deputado do Rio Grande do Sul, "a esquerda festiva" está apostando na desorganização da maioria e com menos de 120 votos quer legislar por quase 600 constituintes. "É o blefe de dividir para reinar", frisou ele.

Depois de afirmar que os líderes da esquerda no Congresso "são campeões de nomeações e favorecimentos, os principais repartidores do bolo do poder", Mendes Ribeiro enumerou o que chamou de contradições ridículas por eles praticadas na Constituinte. Disse, como exemplo, que o mesmo grupo que defende a reforma agrária não quer a estatização do ensino.

Repetindo que o pior é o "medo de retirar a máscara dessa gente", o Deputado exortou os parlamentares de bom senso a "buscarem o mínimo de organização e a não se deixarem levar por regimentos rasgados, prazos manobrados e interesses pessoais".

— Os de bom senso devem mostrar força porque a maioria faz a democracia — enfatizou, acrescentando que o Líder do PMDB, Senador Mário Covas, coloca toda a Constituinte a seu serviço como candidato à Presidência da República.

Anunciando que será provada nos plenários a falta de liderança do Senador Mário Covas, Mendes Ribeiro afirmou que "não adiantam páginas criticando uma Constituição que não existe, na louvação de um Brasil vestindo fardão cubano, russo e norte-americano, quando a hora de agir é aproveitada pelas minorias ante a omissão das maiorias".

Quércia e Tasso se preocupam mas confiam em Bresser

SÃO PAULO — O quadro geral de instabilidade e a situação preocupante do País foram os dois assuntos discutidos ontem durante boa parte do encontro de quase duas horas entre os Governadores do Ceará, Tasso Jereissati, e de São Paulo, Orestes Quércia, no Palácio dos Bandeirantes.

No final da reunião, ambos destacaram sua preocupação com o atual momento brasileiro. Tasso disse estar otimista em relação ao plano que o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, está elaborando. Segundo ele é importante que todos os setores da sociedade e do PMDB se reúnam para colaborar na busca de soluções. Como Quércia, Tasso criticou os peemedebistas que não sabem ser Governo.

— O político do Governo deve se definir pelo apoio ao Governo, ou então passar para a Oposição — disse Tasso, assinalando sua confiança no plano do Ministro da Fazenda.

Quércia, por sua vez, reafirmou seu apoio a Bresser Pereira, sem, contudo, "abrir mão do direito de pressionar para que as diretrizes do novo plano sejam definidas o mais breve possível". Saliu que a situação do País está muito difícil e a intranquilidade é grande. Segundo ele, alguns setores estão se sustentando, mas outros não, e o quadro é de instabilidade geral.

Grupo se articula na Soberania para derrubar relatório de Bisol

BRASÍLIA — Um movimento para derrubar na íntegra o relatório do Senador José Paulo Bisol e até destituir o próprio Relator, está sendo articulado por um grupo de constituintes da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias. Acusando Bisol de "dono da verdade" e classificando-o como marxista-leninista, o grupo está insatisfeito com dispositivos relativos à família, propriedade e proibição de censura, entre outros, e afirma, nas palavras de um de seus organizadores, o Deputado Farabulini Júnior (PTB-SP), já ter a maioria para derrotar o relatório. Para Bisol, que não acredita no número, eles são a "direita reacionária".

A principal divergência está no conceito de propriedade inserido por Bisol no relatório, determinando que "o uso manifeste abaixo da potencialidade dos bens que são meios de produção importa perda da propriedade em favor do Estado." Este dispositivo irritou alguns Deputados, aliados a integrantes da bancada evangélica, que não concordam com os dispositivos referentes à família, vida intra-uterina e censura. Farabulini acusa Bisol de "não entender nada de economia", outros dizem que o Relator quer institucionalizar o confisco e insistem na necessidade de indenização em dinheiro nas desapropriações por utilidade pública.

— Ele diz no relatório que a lei não limitará o número de dissoluções da sociedade conjugal. Isto é a perversão do gênero humano — afirmou, o Deputado evangélico João de Deus.

Tranquilo, Bisol ouviu críticas durante as duas reuniões de ontem da Comissão e informou que não está preocupado com o movimento. Disse que é regimentalmente impossível



Bisol acusa os seus opositores de representarem posições conservadoras

destituí-lo e, quanto ao parecer, quer esperar pelos votos em plenário, já que não acredita no poder de mobilização do grupo.

— O que eu vi até agora é uma tática de agressão à pessoa do Relator e de confusão. Só se usa esta tática quando não se tem condições de atacar o relatório em si. Tudo isso é em função da questão da propriedade — disse Bisol, considerando o movimento uma "articulação da direita reacionária." Ele acrescentou que não pretende fazer alterações substanciais em seu relatório, pois "ninguém vai tentar colocar alguma coisa nessa Constituição sem assinar embaixo."

Apesar de seus integrantes garantirem ter os 32 votos necessários para mudar completamente o relatório, alguns Constituintes citados na lista de Farabulini negam fazer parte do

grupo. Entre esses, a Deputada Lúcia Vânia e o Presidente da Comissão, Mário Assad. A tática do grupo será tentar aprovar um substitutivo ao relatório de Bisol, caso este não aceite suas emendas. Neste caso, segundo Mendonça de Moraes, não haveria condições para Bisol continuar como Relator.

Do lado de Bisol, no entanto, já começam articulações para tentar aprovar o relatório. A intenção é colocá-lo em votação em bloco primeiramente e iniciar em seguida a votação das emendas. A convocação dos suplentes "progressistas" da comissão para comparecerem em peso à votação também está sendo articulada. No último sábado, Bisol esteve com o Presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, que segundo ele fez duas ou três observações sobre o relatório, mas deu-lhe o apoio do partido.

Prisco tira prerrogativa de mandato de prefeitos de capitais de relatório

BRASÍLIA — O Relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, Deputado Prisco Viana (PMDB-BA), cedeu às pressões do Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e do Líder do partido na Constituinte, Senador Mário Covas, e decidiu retirar de seu anteprojeto, entregue ontem à Comissão, a prerrogativa dos mandatos dos prefeitos das capitais eleitos em 1985. Prisco deixou claro que procurou os dois dirigentes por iniciativa própria.

Segundo o Deputado, a idéia lhe foi simpática desde o início, e teve origem na ponderação de diversos parlamentares que alegavam a conveniência partidária da proposta que, segundo Prisco, encontrava respaldo ainda na curta duração dos mandatos desses prefeitos, de três anos.

— Esses parlamentares ponderaram que os prefeitos das capitais foram eleitos por três anos e que a prerrogativa de seus mandatos atendida ao partido e facilitaria a coincidência das eleições — disse Prisco.

Ele propunha ainda, em seu anteprojeto, a eleição para um mandato-tampão de dois anos para os prefeitos do interior, e manteve o texto. Estes prefeitos terão mandato até 1991, mas serão eleitos em 1988.



Prisco, observado por Passarinho, fala na Comissão do Sistema Eleitoral

Segundo Prisco Viana, o Deputado Ulysses Guimarães e o Senador Mário Covas sustentaram, principalmente, que a iniciativa não era boa por ressuscitar "a prática não democrática da prerrogativa dos mandatos". O Relator disse que cedeu aos argumentos de Ulysses e Covas por entender que a matéria não é doutrinária mas de caráter político.

— Voltei, então, ao Prodases, sábado, e modifiquei o texto — disse Prisco Viana.

No anteprojeto apresentado ontem à Comissão, Prisco Viana rejeita a proposta de uma Corte Constitucional — defendida pela Comissão Arinos e pela Ordem dos Advogados do Brasil — e cria o Conselho Constitucional, definido como "órgão consultivo, de natureza política" e composto do Presidente da República, do Vice-Presidente, dos Presidentes da Câmara e Senado, do Ministro da Justiça e de um dos Ministros militares.

Álvaro Valle julga inaproveitável o capítulo dedicado à educação

BRASÍLIA — O Deputado Álvaro Valle (PL-RJ) disse ontem que o capítulo dedicado à educação do relatório preparado pelo Deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), Relator da Comissão da Família, Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia e Comunicação, é inaproveitável. Para Álvaro Valle, há erros técnicos tão graves no texto que são impossíveis de serem corrigidos com emendas.

— A coisa é muito grave, porque não se trata de discussão ideológica, que seria aceitável, mas de erros básicos que, vindos do meu amigo Artur da Távola, político de alto valor, só posso creditar à falta de tempo ou de assessoramento — disse ele.

Entre os erros, o Presidente do PL aponta alguns que poderiam levar o ensino público a um retrocesso. No artigo terceiro, por exemplo, Artur da Távola defende a garantia do ensino fundamental a partir dos sete anos, quando a tendência mundial é pelos seis anos ou até menos. E o



Valle aponta erros no relatório

texto determina que o ensino será obrigatoriamente ministrado em idioma nacional ou indígena, o que, segundo Álvaro, impediria a presença de professores estrangeiros no Brasil.

— A não ser que eles fizessem antes cursinho de português ou tupi-

guarani — ironiza.

Valle diz também que, ao determinar que caberá à lei a fixação do conteúdo básico obrigatório do ensino, o Congresso deveria reunir-se para aprovar programas escolares.

— Seria nossa atribuição decidir se os alunos devem estudar soma, subtração ou História do Brasil. E a cada nova descoberta acadêmica, nova convocação do Congresso para mudar o programa — exemplifica.

O Deputado do PL entende ainda que, ao impedir o uso de verbas públicas em escolas privadas, o projeto é elitista porque impediria que alunos pobres ingressassem em estabelecimentos de ensino particulares graças a subvenções do Estado. Da mesma forma, detecta que ele elimina o direito ao ensino religioso facultativo.

Para Álvaro Valle, o mais grave é que, aparentemente de cunho "progressista", o relatório abre caminho para a censura do Estado tanto no campo do ensino quanto na pesquisa, por falta de definições precisas.

Richa quer que comissão aprove novos Estados

BRASÍLIA — O reestabelecimento do Estado da Guanabara, a transformação dos atuais territórios em Estados e a criação de novos Estados devem ser decididas por comissão especial, a ser criada após a promulgação da Constituição. Isso é o que propõe o Senador José Richa no relatório que será votado pela Comissão de Organização do Estado, em que era reivindicada a criação de mais seis unidades na Federação.

Richa preferiu propor que o Presidente da República nomeie, 30 dias depois de promulgada a nova Carta, uma comissão de representantes do Executivo e do Legislativo para estudar a redivisão territorial do País. Pela proposta incluída nas disposições transitórias do relatório de Richa, um ano depois de instalada a comissão examinaria as sugestões de redivisão territorial e apresentaria anteprojeto. Os pareceres e anteprojeto teriam que ser votados pelo Congresso no prazo máximo de um ano.

Essas e as demais propostas de Richa, que alcançam 37 artigos, começaram a ser debatidas hoje pelo plenário da Comissão de Organização do Estado, uma das comissões que não se reuniram na segunda-feira. Também não funcionaram os plenários da Comissão de Ordem Social e a Comissão da Família, da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Durante quase todo o dia, assessores parlamentares, "lobistas" e outros interessados formaram fila junto à seção de avulsos da Câmara, em busca dos relatórios das comissões temáticas. O último a ser entregue à respectiva Comissão foi o do Deputado Prisco Viana, Relator da Organização Eleitoral e Partidária.

Sabóia renega 'lobby' e defende apoio político

O Ministro da Marinha, Almirante Henrique Sabóia disse ontem, no Rio, que seu recente contato com parlamentares, no qual eles visitaram algumas instalações da Força, não é lobby e destinou-se apenas a mostrar a eles "o que é a Marinha, para que serve a Marinha, suas finalidades, como ela funciona, suas limitações e seus projetos".

Segundo o Ministro, durante o encontro "não se falou uma palavra sobre a Constituinte", mas ele tem "a grande esperança, uma convicção mesmo, que ela vai resultar de um equilíbrio de opiniões, uma troca de debates, enfim, uma Constituição exatamente como a nação e o povo brasileiro aspiram, desejam e merecem".

— Eu fiz isso e os meus antecessores fizeram a mesma coisa. Mensalmente, convidamos um grupo de parlamentares para conhecerem as instalações da Marinha, embarcaram em navios, fragatas ou submarinos. Conhecer as nossas atividades na Ilha da Trindade, na Antártica. Nós queremos mostrar a eles o que é a Marinha brasileira. Pouca gente sabe o que o marinheiro faz. Isso, absolutamente não é pressão ou qualquer outra palavra que signifique a mesma coisa. Apenas esclarecimentos. E isso que nós temos feito.

Simon acha que PMDB não deve impor mandato

PORTO ALEGRE — Ao reiterar sua posição favorável ao parlamentarismo e ao mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney, o Governador Pedro Simon disse que impor aos constituintes uma posição sobre a duração do mandato do Presidente da República ou o melhor sistema de governo é violentar suas próprias consciências.

Embora ressaltando que a Constituinte dará a "palavra final" a respeito do assunto, Simon admitiu a convocação da Convenção Nacional apenas para, no máximo, aprovar uma recomendação a seus parlamentares sobre as duas questões. "É muito difícil ao Partido impor uma posição a respeito", concluiu.

O Governador admitiu que não sabe qual a melhor data para que o PMDB e a Constituinte definam-se sobre os dois assuntos. Mas insistiu que a fixação do mandato em quatro anos agora seria o mesmo que "implodir" a Constituinte. "As campanhas irão às ruas e os candidatos, justamente numa fase decisiva para os trabalhos constituintes, vão lutar pelo presidencialismo", disse.